

**RECOMENDAÇÕES PARA A PRÁTICA DA
PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL (PEE) NA
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS TRANS
NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
(IES) PÚBLICAS**



FERNANDA FERREIRA CHAVES

SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
2025

DOI: 10.11606/9786587596600

Em colaboração com:



**RECOMENDAÇÕES PARA A PRÁTICA DA PSICOLOGIA ESCOLAR E
EDUCACIONAL (PEE) NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS TRANS
NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) PÚBLICAS**

Fernanda Ferreira Chaves

Orientadoras:

Prof.^a. Doutora Maria João Alvarez;

Prof.^a. Doutora Marilene Proença Rebello de Souza;

Prof.^a. Doutora Liliana Rodrigues.

São Paulo

Universidade de São Paulo

2025



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR

Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA

Maria Arminda do Nascimento



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DIRETORA

Ianni Regia Scarcelli

VICE-DIRETORA

Patricia Izar

Capa: Luana Karoline Gonsaga

Diagramação: Luana Karoline Gonsaga

Editoração: Serifas Editoração

Revisão: Dra. Maria Imaculada Cardoso Sampaio

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Chaves, Fernanda Ferreira

Recomendações para a prática da Psicologia Escolar e Educacional (PEE) na promoção da inclusão das pessoas trans nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2025.

55 p.

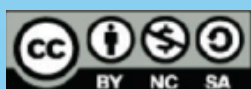
ISBN: (eletrônico) 978-65-87596-60-0

DOI: 10.11606/9786587596600

1. Educação. 2. Psicologia escolar. 3. Psicologia educacional. 4. Inclusão escolar. 5. Pessoas transgênero. I. Título.

LC L 7

Ficha elaborada por: Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini: CRB 3995



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a *Licença Creative Commons* indicada.

Sumário

7	Prefácio
9	Apresentação
10	Introdução
10	A urgência de uma revisão crítica
11	Transfeminismo e Decolonialidade como horizontes
11	Estrutura da obra
15	Importância do uso correto dos pronomes
16	Principais resoluções e leis que garantem os direitos das pessoas trans à educação
19	O trabalho da Psicologia Escolar e Educacional (PEE) nos processos de inclusão das pessoas trans nas IES
20	O que é o bem viver
22	Entendendo a cisnormatividade e a necessidade da transinclusão
23	Revisão e implementação de políticas educacionais inclusivas
26	Propostas de intervenção
27	Como aplicar as propostas nas IES
28	Capacitação continuada e sensibilização para a pluralidade de gênero
30	Cuidado psicossocial específico para acadêmicas/os trans

35 Fomento à pesquisa sobre inclusão de pessoas trans

36 Estudos de caso e exemplos de boas práticas

41 Dicas

42 Dialeto Pajubá

44 Chamado à ação

45 Conheça mais algumas obras

50 Referências

55 A autora

Prefácio

Uma das principais lutas das pessoas trans e travestis no que tange à garantia de seus direitos diz respeito ao acesso pleno e equitativo à educação. Trata-se de um segmento social profundamente invisibilizado no Brasil, uma situação que se reflete na escassez de dados e estudos que possam embasar a formulação de políticas públicas efetivas para essa população.

Não obstante, ainda que as pesquisas sejam limitadas, os dados existentes são alarmantes: o Brasil lidera o *ranking* global de assassinatos de pessoas trans e travestis (Benevides, 2024); transexuais e travestis representam apenas 0,2% do corpo discente das instituições federais de ensino superior (Benevides, 2024); e menos de 10% dessa população está inserida no mercado de trabalho formal (Benevides, 2024).

Diante desse cenário desolador, algumas universidades, com o apoio de ativistas e intelectuais trans e cisaliadas/os, têm conseguido romper as barreiras impostas pela cisheteronormatividade, instituindo cotas para pessoas transexuais e travestis, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Atualmente, pouco mais de 20 universidades no país adotaram essa política na graduação, sendo previsível que, mediante a pressão de coletivos estudantis e movimentos sociais, esse número cresça de forma exponencial nos próximos anos. Contudo, tão relevante quanto garantir o acesso é assegurar a permanência e a dignidade de estudantes trans e travestis nos espaços universitários.

Nesse contexto, a obra "Recomendações para a prática da PEE na promoção da inclusão das pessoas trans nas IES Públicas", de Fernanda Ferreira Chaves, revela-se inestimável ao oferecer orientações, disseminar evidências científicas e fomentar reflexões entre Psicólogas/os Escolares, capacitando-as/os para acolher pessoas trans, promover a transinclusão e atuar como agentes transformadoras/es de boas práticas transinclusivas.

A ampliação da pluralidade e da representatividade de pessoas trans e travestis no âmbito acadêmico é fundamental, pois introduz novas perspectivas e epistemologias, enriquecendo a produção científica e qualificando as universidades para responder de forma mais abrangente e inclusiva às demandas contemporâneas da sociedade.

Profa. Dra. Joyce Alves da Silva
Docente da UFRRJ

Por que vocês estão convencidos de que somente muçulmanos, judeus, bichas, lésbicas, transexuais, suburbanos, migrantes e negros têm uma identidade? E vocês, vocês são os psicanalistas normais, hegemônicos, brancos da burguesia, os binários, os patriarcas coloniais, sem identidade? [...] Sua identidade leve e anônima é o privilégio da norma sexual, racial e de gênero. Ou todos nós temos uma identidade, ou não há identidade. Todos nós ocupamos um lugar diversificado em uma complexa teia de relações de poder. Ser marcado com uma identidade significa simplesmente não ter o poder de nomear a própria posição de identidade como universal. [...] As narrativas mítico-psicológicas retomadas por Freud e elevadas à categoria de ciência por Lacan são apenas histórias locais, histórias do espírito patriarco-colonial europeu, histórias que legitimam a posição ainda soberana do pai branco sobre qualquer outro corpo (PRECIADO, 2022, p. 293).

Apresentação:

A inclusão das pessoas trans na educação superior não é apenas uma questão de justiça social, mas também de promoção de um ambiente acadêmico que reflete e valoriza a diversidade humana. Por isso, conforme Favero (2020, p. 101), exige-se da ciência psicológica uma "reinterpretação de um paradigma normativo. Quero dizer é que uma postura atenta à produção da cisnormatividade exige de nós uma constante mobilização".

Este obra tem como objetivo auxiliar psicólogas/os escolares e educacionais na construção de um espaço seguro e acolhedor para acadêmicas/os trans, por meio de orientações baseadas em evidências, exemplos de boas práticas e legislações vigentes.

Este livro é resultado de um trabalho acadêmico rigoroso, voltado para a construção de um saber que dialogue diretamente com as demandas da sociedade contemporânea. A proposta é fornecer diretrizes práticas e conceituais para que psicólogas/os escolares e educacionais desempenhem seu papel como agentes de mudança social, promovendo a inclusão e a permanência de pessoas trans em instituições de ensino superior. Esta obra reforça a urgência de repensar estruturas cisnormativas e adotar políticas e intervenções que assegurem a pluralidade de gênero e a justiça social.

Esperamos que esta obra seja um recurso valioso na luta contra a cisnormatividade e na promoção da equidade nas instituições de educação superior públicas (IES).



Introdução

A inclusão das pessoas trans nas Instituições de Educação Superior (IES) representa uma urgente discussão e oportunidade do nosso tempo. Este livro, produzido no âmbito do Doutorado Interuniversitário em Psicologia da Educação entre Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra e em cotutela com o Programa de Psicologia da Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), apresenta uma síntese didática dos resultados da pesquisa que investigou o trabalho das pessoas profissionais da psicologia no Brasil na formulação e implementação de políticas e práticas que fomentam a inclusão das pessoas trans na educação superior pública. A obra busca oferecer uma reflexão profunda e transformadora sobre a atuação da Psicologia Escolar e Educacional frente à transinclusão universitária.

O contexto histórico da cisnormatividade na ciência psicológica evidencia como normas hegemônicas estruturaram práticas excludentes, perpetuando a desumanização de pessoas que desafiam os padrões binários de gênero (Hafford-Letchfield et al., 2017). Sob a ótica de epistemologias transfeministas e decoloniais, esta obra propõe um diálogo que não apenas expõe os desafios existentes, mas também oferece caminhos práticos e teóricos para enfrentar as estruturas de exclusão. Buscamos promover práticas equitativas e libertadoras que valorizem a pluralidade e as experiências dissidentes como centrais para a transformação social.

A urgência de uma revisão crítica

A cisnormatividade – a suposição de que todas as pessoas são cisgêneras e que os corpos determinam os gêneros (Simmons & White, 2014) – estruturou não apenas a produção de saberes psicológicos, mas também a organização das instituições educacionais. Essa concepção reforçou exclusões que ainda permeiam as dinâmicas institucionais das IES (Rodrigues et al., 2021). Estudos qualitativos, como os realizados por Silva (2024), destacam que a colonialidade do saber contribuiu para a perpetuação de hierarquias de gênero nas IES, restringindo o acesso e a permanência de pessoas trans. Para (trans)formar esse cenário, é urgente uma revisão crítica das políticas institucionais e práticas sócio-psicopedagógicas, com ênfase na desconstrução de paradigmas cis-heteronormativos.

Transfeminismo e Decolonialidade como horizontes

O transfeminismo surge como uma contribuição teórica essencial para repensar a atuação da PEE. Segundo Preciado (2018), as experiências dissidentes de pessoas trans possuem um caráter político que desafia categorias fixas de identidade, propondo novas formas de subjetividade. Essa perspectiva enfatiza a pluralidade de expressões de gênero e desafia estruturas normativas que perpetuam iniquidades, violências simbólicas e materiais.

No âmbito das IES, práticas transfeministas podem ser implementadas por meio da construção de espaços de escuta e apoio psicossocial que valorizem a pluralidade das identidades de gênero. Ademais, a incorporação de epistemologias decoloniais na formação de profissionais permite uma atuação mais sensível às demandas das pessoas trans, alinhando o fazer acadêmico com os princípios de direitos humanos, justiça social e inclusão.

Estrutura da obra

Este livro está estruturado em três partes principais. Na primeira, exploramos os conceitos e suas definições, destacamos a importância do uso dos pronomes e nomes autodeterminados e apontamos as principais resoluções e leis que asseguram os direitos das pessoas trans nas IES. Na segunda parte enfatizamos o trabalho da PEE na análise da cisnormatividade e suas implicações. A segunda parte apresenta estudos sobre as potencialidades de práticas inclusivas no campo da psicologia escolar e suas respectivas categorias. Por fim, a terceira parte propõe intervenções concretas para a promoção de ambientes universitários mais justos e equitativos, bem como as dicas e as reflexões finais.

Ao longo desta obra, destacamos que a formação de uma sociedade mais inclusiva exige não apenas a desconstrução de paradigmas opressivos e de privilégios, mas também o engajamento ativo e criativo na construção de novas possibilidades de ser e conviver. Convidamos as leitoras e leitores a adentrarem este diálogo transformador, com o compromisso de contribuir para uma educação que celebre a pluralidade e promova o bem viver de todas as pessoas.

Apresentamos alguns **conceitos fundamentais** para que a/o PEE compreenda e utilize corretamente os termos relacionados à pluralidade de gênero.

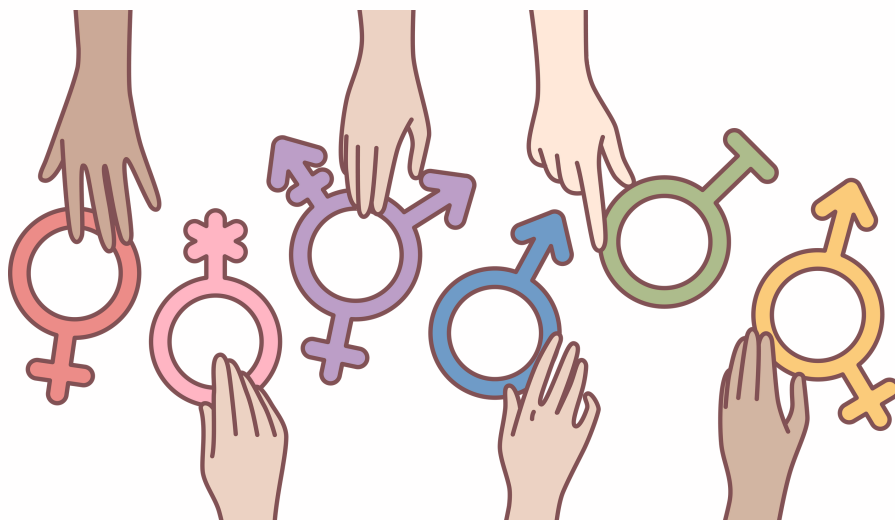
Definições:

Identidade de Gênero: Refere-se à experiência interna e individual de gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder às expectativas sociais referentes ao sexo atribuído ao nascer.

Cisnormatividade: A suposição de que todas as pessoas são cisgênero (cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento), o que exclui e marginaliza as pessoas trans (Simmons & White, 2014).

Exemplo: Formular uma política de banheiro que só considera homens e mulheres cisgênero é uma manifestação de cisnormatividade.

Exemplo: Uma pessoa designada como do sexo masculino ao nascer pode se identificar como mulher ou outro gênero.



“A identidade de gênero refere-se à forma como as pessoas se identificam e constroem um sentido de si enquanto homens ou mulheres, assim como à forma como recusam essas identificações” (Rodrigues et al., 2021, p. 6).

Transfobia:

Preconceito, discriminação e violência contra pessoas trans e travestis, que pode se manifestar de forma verbal, física, institucional e/ou estrutural.

Exemplo: Recusar o uso do nome social de uma pessoa trans na universidade é uma forma de transfobia.

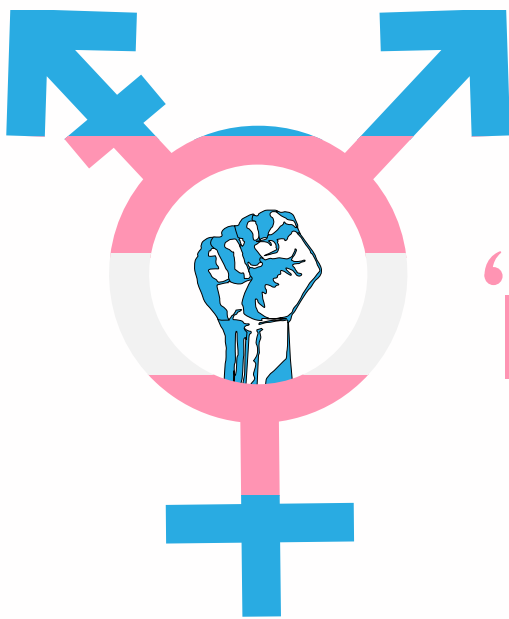
Interseccionalidade: Conceito que reconhece diferentes formas de opressão social entrecruzadas, consequentemente multiplicadas em suas manifestações de desigualdade, como aquelas baseadas em gênero, raça, classe, nacionalidade entre outros que interagem entre si. As experiências de gênero são afetadas por essas interseções e, por isso, as abordagens interseccionais devem considerar todas essas dimensões (Akotirene, 2020).



Exemplo: Uma mulher trans negra pode enfrentar tanto a cisnormatividade quanto o racismo, portanto essas opressões se interseccionam e potencializam uma experiência social cruel de discriminação e exclusão.

Transfeminismos: constitui-se como uma vertente do feminismo negro interseccional que desafia as noções tradicionais da branquitude, ou seja, biologicamente deterministas de gênero que muitas vezes excluem e/ou ignoram a experiência das pessoas trans. Esse movimento também critica as **estruturas de poder** que perpetuam a opressão baseada nos marcadores sociais da desigualdade como gênero, raça, sexualidade e outras formas de discriminação.

Ao unir forças com outras correntes interseccionais, o transfeminismo trabalha para dismantelar essas hierarquias e criar um feminismo mais justo e representativo para todas as mulheres, considerando os marcadores sociais das desigualdades que atravessam determinadas pessoas (Jesus, 2019).



Ψ **SuJa**

“

Uma psicologia suja resiste ao moralismo. Socializá-la com a sujeira é insistir em um projeto de mundo menos alheio à maldade. (...) Com a psicologia que estou propondo, gostaria de sujar nossas retinas para, enfim, enxergar a tirania do social. Sujar nossos ouvidos para escutar os devires das ruas. Sujar nossas bocas para provar contribuições epistêmicas marginais (FAVERO, 2022, p. 36).

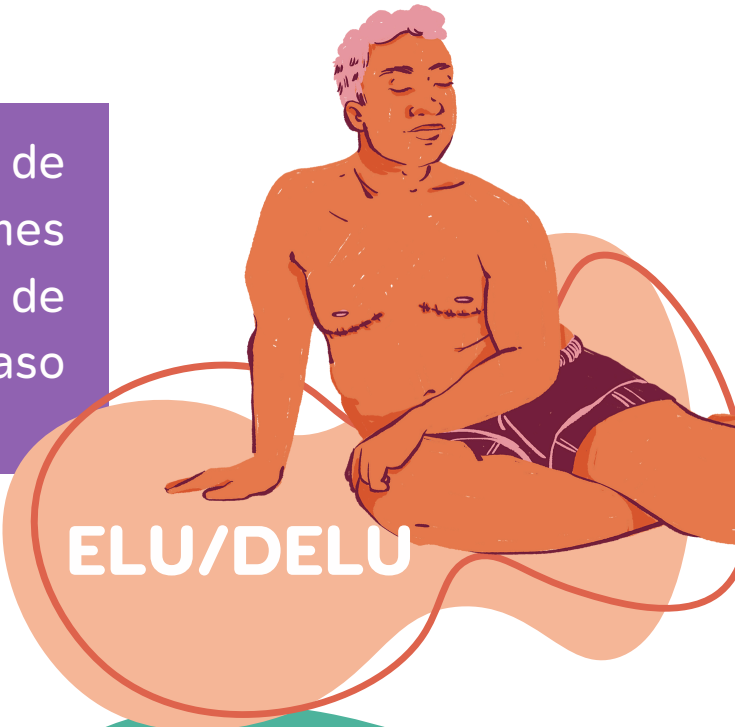


Importância do Uso Correto dos Pronomes

Ressaltamos a **importância** e **necessidade** de usar o pronome correto de uma pessoa, pois é uma forma fundamental de acolhimento e valorização da sua identidade de gênero.

Como?

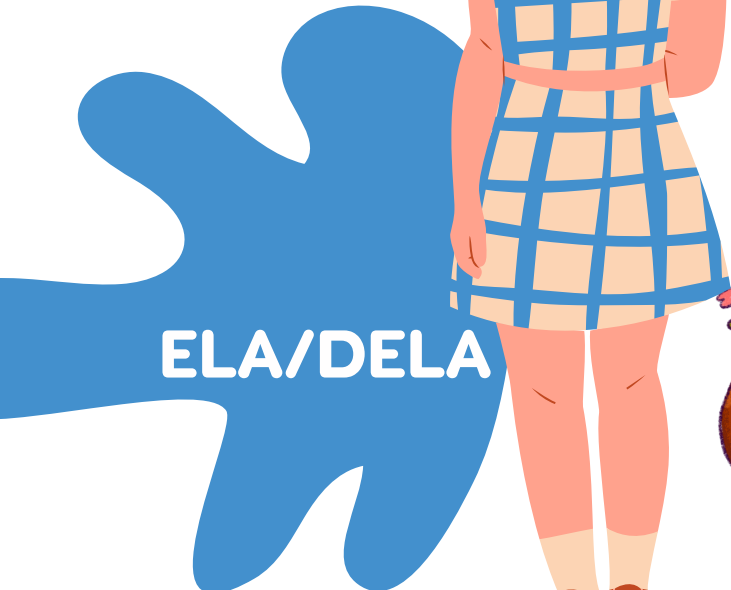
Por exemplo: perguntar de forma gentil os pronomes preferidos, e a importância de corrigir e se desculpar caso utilize o pronome incorreto.



ELU/DELU



ELE/DELE



ELA/DELA

Principais resoluções e leis que garantem os direitos das pessoas trans à educação

Destacamos as **principais resoluções** e leis que garantem os direitos das pessoas trans à educação, bem como algumas diretrizes da Psicologia brasileira. Vale lembrar que há a legislação nacional, bem como as diretrizes específicas das instituições de ensino.

Resolução "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (ONU, 2016) que se discute neste estudo: "ODS 4: Promover o acesso a uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; (...) ODS 16: Promover sociedades inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando acesso à justiça para todos e construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis" (ONU, 2016, p. 47; 147).

Princípios de Yogyakarta (2006): O direito à educação deve ser assegurado pelos Estados por meio de leis e políticas públicas com vistas à proteção adequada a estudantes, funcionárias/os e professoras/es de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, contra toda a forma de exclusão social e violência no ambiente escolar, incluindo intimidação e o assédio. Um dos princípios da ação educacional está em garantir que se promova o desenvolvimento da personalidade, das potencialidades e as capacidades mentais e físicas das/os educandas/os, considerando as particularidades destas/es no que diz respeito às orientações sexuais e identidades de gênero.

Decreto Presidencial Nº 8.727/2016: Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. O direito de uso do nome social se estabeleceu com a criação da Portaria n. 1612 do Ministério da Educação (MEC), de 2011, e da Portaria n. 333, de maio de 2010, no âmbito da Administração Pública Federal. Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 dispõe sobre a normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica.

Referências Técnicas para Atuação das Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+ (CFP, 2023): que subsidia e respalda a atuação dessas/es profissionais da psicologia brasileira nos processos de acolhimento à diversidade que nos une.

Conselho Federal de Psicologia (CFP) Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018: Estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação às pessoas travestis e trans.

Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018: Orienta as instituições de ensino a respeito do nome social e a identidade de gênero de estudantes trans em todos os registros acadêmicos.

Conselho Federal de Psicologia (CFP) Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018: Estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação às pessoas travestis e trans.

Projeto de Lei (PL) de Identidade de Gênero (Lei João Nery Willys) N. 5002/2013: Explica os direitos das pessoas trans em relação à mudança de nome e gênero em documentos oficiais.

Lei n. 13.935/2019 (Brasil, 2019): Reforça a importância do papel das/os psicólogas/os nas redes públicas de educação básica, garantindo sua atuação na educação básica pública intersetorialmente.

Lei de Cotas (Brasil, 2012): Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Você sabe qual é a importância do trabalho da Psicologia Escolar e Educacional (PEE) nos processos de inclusão das pessoas trans nas instituições de educação superior públicas?

A inclusão de pessoas trans no ensino superior é um desafio que requer uma atuação profissional crítica, criativa e informada das/os psicólogas/os educacionais. As universidades, historicamente, têm sido espaços de reprodução de normas sociais conservadoras e autoritárias, incluindo a cisnormatividade, que exclui e marginaliza identidades trans.

“

Cisnormatividade não é apenas um trauma. Gostaria de chamá-la de violência. Em busca de escapar das leituras individualizantes, lhe diria justamente o contrário: a transexualidade é que é um trauma... no registro cisgênero. As identidades trans e travestis expõem uma falha no funcionamento psíquico, pois em nossa presença, pessoas cis recorrem a afetos destrutivos, mortíferos, abjetos, que direcionamos a nós quase como fossem incapazes de se controlar. Sentem nojo, ojeriza, repugnância. Riem alto, gargalham dos nossos traços masculinos, andrógenos, ambíguos. Desejam, consomem, objetificam. Rompem seus pactos matrimoniais, escondem e se penalizam pelas suas satisfações libertinas. Consideram-se promíscuas após estarem conosco. Entram em transe. Perdem os recursos para ler o mundo. São capturadas por um magnetismo sádico, perverso, fetichista, relacionado não às pessoas trans necessariamente, porém, sobretudo, ao processo doloroso (e esquecido) de aquisição de um lugar no mundo (Favero, 2022, p. 55-56).

Contudo, esses mesmos espaços têm o potencial de se tornarem locais de transformação e justiça social, onde a pluralidade é celebrada e todas as identidades de gênero são valorizadas e acolhidas.

O trabalho da psicóloga/o educacional é fundamental nesse processo ao promover práticas inclusivas, desnaturalizando a cisgeneridade e combatendo a cisnormatividade, essas/es profissionais contribuem para a construção de um ambiente acadêmico mais justo e equitativo, assegurando o bem viver (Acosta, 2019), desenvolvimento integral e sucesso acadêmico.

○ QUE É ○ BEM VIVER?



O bem viver é um conceito ideologia decolonial que faz contraponto ao conceito-ideologia desenvolvimento. Com raízes nos pensamentos do povo andino Quíchua, advindo da expressão *suma kawsay*, **bem viver** propõe uma nova forma de pensar o mundo, desocidentalizando-o. É partir da construção de um pacto civilizatório com bases comunitárias, a partir da solidariedade, reciprocidade e integralidade (Acosta, 2019).



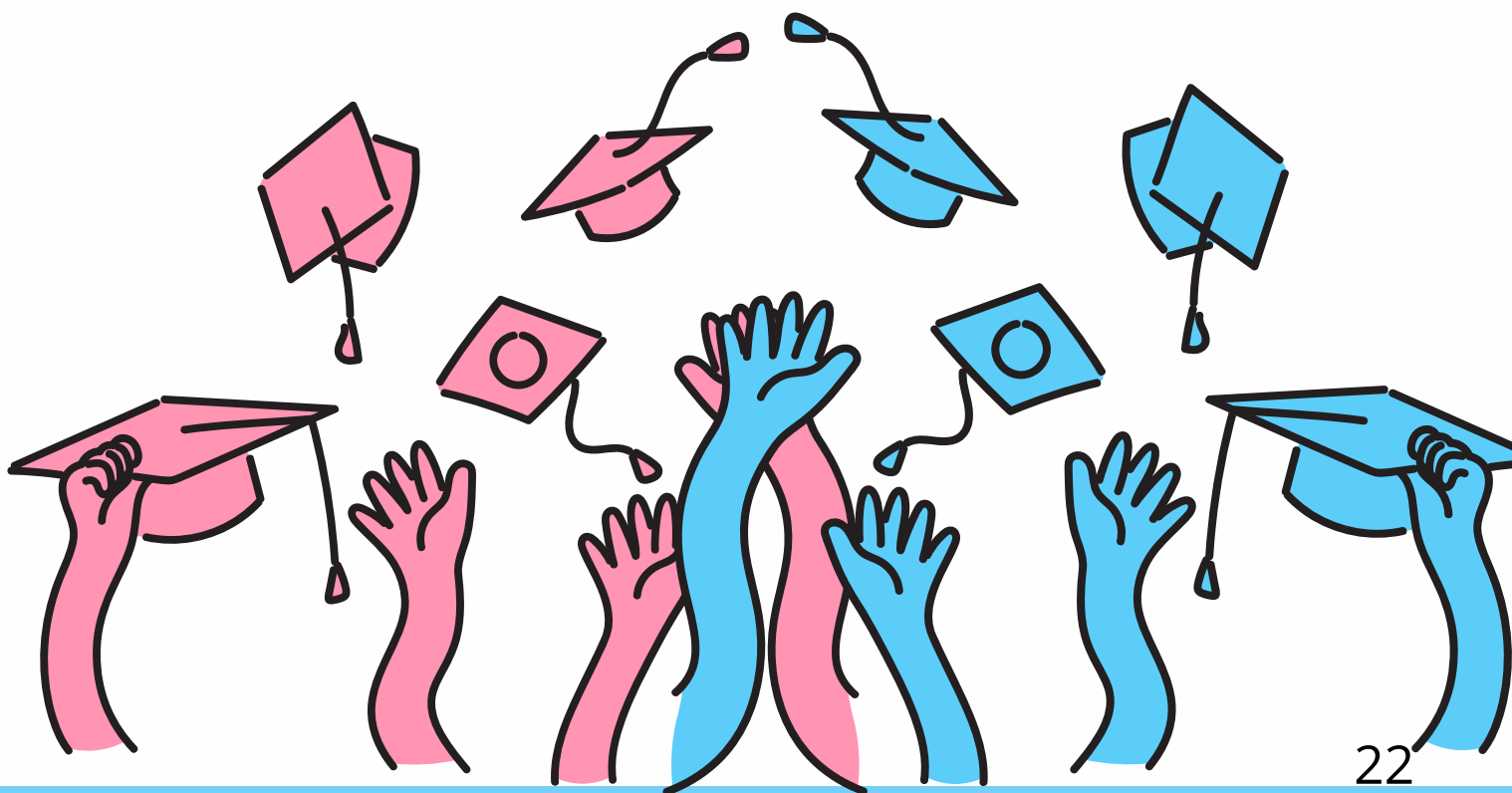
Entendendo a cisnormatividade e a necessidade da transinclusão



A cisnormatividade é um conceito que descreve a presunção de que todas as pessoas são cisgêneras, ou seja, que suas identidades de gênero correspondem às expectativas sociais do sexo atribuído ao nascimento (Simakawa, 2023). Essa presunção está profundamente enraizada nas instituições sociais, incluindo as universidades, e resulta na exclusão sistemática de pessoas cujas identidades de gênero não se alinham com essas normas conservadoras.

No contexto da educação superior pública, a cisnormatividade pode se manifestar de diversas formas: desde a naturalização da cisgêneridade, a falta de reconhecimento do nome social de pessoas trans até a ausência de banheiros inclusivos.

Essas práticas não apenas desrespeitam as identidades de gênero das/os estudantes trans, mas também estabelecem barreiras significativas para sua participação plena na vida acadêmica.



Revisão e implementação de políticas educacionais inclusivas

Para promover a transinclusão universitária, é necessário adotar uma abordagem crítica, intersetorial (Tourinho & Souza, 2021) e interseccional, que considere as múltiplas formas de opressão que podem afetar as pessoas trans. As abordagens interseccionais (Akotirene, 2020) permitem entender como questões de gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade, religião, entre outros marcadores sociais da desigualdade se inter cruzam, multiplicando opressões como a transfobia, misoginia, racismo, xenofobia etc. Compreender essa complexidade é essencial para desenvolver intervenções éticas, eficazes e justas.

As instituições de ensino superior públicas devem realizar uma auditoria completa de suas políticas e práticas para identificar elementos que possam estar contribuindo para a exclusão de estudantes trans. Muitas vezes, essas políticas foram desenvolvidas de forma naturalizar a cisgeneridade e a manter privilégios da cisnormatividade, sem levar em consideração a pluralidade das identidades de gênero, o que resulta em uma série de obstáculos para acadêmicas/os trans.

Uma das primeiras ações recomendadas é a construção de políticas abrangentes que assegurem o respeito e a valorização do nome social e da identidade de gênero das/os estudantes trans. Tais políticas devem ser implementadas em todos os níveis da instituição, desde os registros acadêmicos até os canais de comunicação oficial. Complementarmente, é fundamental garantir que formulários e sistemas administrativos sejam adaptados para incluir opções de gênero que contemplem e acolham toda a pluralidade de identidades.

Outro aspecto basilar é a construção de políticas que garantam a segurança e o bem viver de estudantes trans (Acosta, 2019). Essas políticas devem ser globais e incluir mecanismos de proteção contra discriminação, assédio e exclusão (Case, Kanenberg, Erich, & Tittsworth 2012), além de promover o suporte psicossocial e acadêmico necessário para que essas/es estudantes possam prosperar no ambiente universitário.

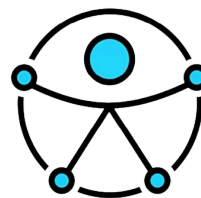
A PEE, ao trabalhar na promoção do bem viver (Acosta, 2019), visa a construção de estratégias que fortaleçam a autonomia e o protagonismo das pessoas em seus contextos de vida coletiva (Souza, 2021).



Este enfoque integra o respeito e a valorização aos modos de vida específicos e singulares de cada cultura, reconhecendo que as subjetividades são construídas e se constroem por meio de relações coletivas, conexões comunitárias e redes de cuidado que sustentam o bem viver. Ao adotar uma perspectiva que valoriza o cuidado ético (Braunstein, 2021) e o respeito às práticas culturais locais, a psicologia da educação contribui para a coesão social, promovendo ambientes onde a pluralidade cultural e a interdependência são vistas como recursos essenciais para o fortalecimento das comunidades. Assim, a construção do bem viver se torna um processo dinâmico e sensível, que exige uma compreensão profunda e contextualizada das práticas culturais e das necessidades subjetivas e sociais envolvidas.

Isso inclui a implementação de medidas de proteção contra discriminação e assédio, bem como a disponibilização de recursos e estruturas de amparo e cuidado para aquelas/es que enfrentam os desafios de viver numa sociedade cisnormativa. As políticas devem ser informadas por evidências, construídas com a participação das pessoas trans, bem como movimentos sociais e ativistas, acessíveis e amplamente divulgadas para garantir que todas/os as/os membras/os da comunidade acadêmica estejam cientes de seus direitos e responsabilidades.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO



São 3 dimensões com seus respectivos eixos:

Gestão institucional	Gestão acadêmica	Desenvolvimento humano
Políticas anticisnormativa e de acolhimento	Revisão do currículo e práticas pedagógicas	Autonomia e fortalecimento da identidade
Sensibilização da comunidade acadêmica	Mentoria e apoio psicopedagógico	Suporte psicossocial e acadêmico
Auditoria de políticas	Políticas de inclusão no registro acadêmico	Pesquisas e projetos de transinclusão
Capacitação contínua		Cuidado e promoção do bem viver
Políticas de uso dos espaços		Formação e mediação dos grupos representativos

Quadro 1: Dimensões e eixos para o modelo de intervenção da/o PEE nos processos de inclusão das pessoas trans na ES baseado na tese: Chaves (2024).

**AGORA QUE JÁ TEMOS
OS CONCEITOS E
VIMOS PROPOSTAS DE
INTERVENÇÃO, COMO
APLICAR NAS IES?**



Capacitação Continuada e Sensibilização para a Pluralidade de Gênero

A **formação continuada** e a sensibilização sobre questões de pluralidade de gênero são fundamentais para a construção de um ambiente acadêmico inclusivo. Educadoras/es, funcionárias/os e estudantes devem ser constantemente capacitadas/os para lidar com questões relacionadas à pluralidade de identidades de gênero e suas intersecções, promovendo uma cultura de valorização, acolhimento e solidariedade.

A capacitação pode incluir *workshops*, palestras e treinamentos que abordem temas como combate à cisnormatividade, recursos institucionais transinclusivos, **instrumentos institucionais** de enfrentamento à transexclusão, pluralidade das identidades de gênero, direitos das pessoas trans e estratégias para incentivar e apoiar a transinclusão no ambiente acadêmico.

Esses programas devem ser desenvolvidos de forma a engajar todos as/os membras/os da comunidade universitária, promovendo uma compreensão mais profunda das experiências e desafios enfrentados pelas pessoas trans numa sociedade cisnormativa.

Além disso, é imprescindível implementar campanhas de sensibilização, com abordagens interseccionais, que visem desnaturalizar a cisgeneridade, combater os privilégios da cisnormatividade, bem como desconstruir estereótipos e preconceitos relacionados às identidades trans (McEntarfer & Iovannone, 2020). Essas formações devem incluir estudos de caso e práticas reflexivas baseadas nos contextos locais e em evidências científicas.

Tais campanhas podem ser realizadas por meio de materiais informativos, organização de eventos temáticos e promoção de atividades interativas que fomentem a reflexão e o diálogo sobre a pluralidade de gênero. Essas iniciativas visam sensibilizar a comunidade universitária a construir modelos sociais e educativos transformadores de convivência transinclusivos, promovendo um ambiente mais inclusivo, acolhedor e solidário (York, 2020).



Cuidado psicossocial específico para acadêmicas/os trans

Esse acompanhamento deve ser contínuo e adaptado às necessidades individuais de cada estudante, garantindo que elas/es recebam o suporte necessário para o desenvolvimento integral acadêmico e para o bem viver.

O **bem-estar psicológico** e o desenvolvimento integral das/os acadêmicas/os trans é uma preocupação central para psicólogas/os educacionais. Estudantes trans enfrentam desafios únicos nesta sociedade cisnormativa, que podem impactar sua saúde mental e o bem viver, incluindo discriminação, isolamento social e dificuldades relacionadas ao processo de afirmação da sua identidade de gênero.

Para garantir um suporte eficaz, é necessário construir espaços seguros, onde essas/es discentes possam compartilhar suas experiências e receber **cuidado e apoio psicossocial**. A construção de Grupos de amparo específicos para estudantes trans pode ser uma importante intervenção a ser fornecida, oferecendo um ambiente para solidariedade e apoio mútuo entre pares. Os centros de acolhimento devem atuar como pontos de apoio para estudantes trans, oferecendo suporte psicológico, jurídico e acadêmico (Pryor, 2015).

Além dos grupos de apoio, é fundamental que o acompanhamento psicossocial oferecido pelas IES seja sensível às questões relacionadas à identidade de gênero. Psicólogas/os educacionais devem estar devidamente formadas/os para abordar temas como recursos institucionais de transinclusão, combate à cisnormatividade, instrumentos institucionais de enfrentamento a transexclusão e outros desafios que podem afetar estudantes trans.



*Frase retirada diretamente da pesquisa que originou o presente documento.

Mentoria e orientação para acadêmicas/os trans

Programas de mentoria desempenham um papel importante na inclusão de estudantes trans no ensino superior, oferecendo apoio acadêmico e pessoal, ajudando discentes a navegar pelos desafios do ambiente universitário predominantemente cisnormativo e a alcançar seus objetivos acadêmicos.

Esses programas de mentoria devem ser cuidadosamente estruturados para atender às necessidades específicas das/os acadêmicas/os trans, garantindo um espaço **seguro e acolhedor**.

Exemplos de boas práticas incluem a criação de redes de mentoras/es que compartilham experiências semelhantes e a organização de encontros regulares para discutir questões pertinentes à comunidade trans. A mentoria deve ser estruturada como uma ferramenta eficiente para instrumentalizar estudantes trans e ajudá-las/os a desenvolver o seu potencial acadêmico e pessoal.

Esse suporte personalizado e sensível é essencial para que acadêmicas/os trans sintam-se amparadas/os em seu percurso acadêmico e pessoal, oferecendo orientação sobre questões universitárias, desenvolvimento de carreira e bem viver.

Adaptação sócio-psicopedagógica e inclusão de acadêmicas/os trans

A inclusão de estudantes trans na sala de aula requer uma abordagem **sócio-psicopedagógica** que reconheça e valorize a pluralidade de gênero. Esse processo deve priorizar a adaptação dos conteúdos curriculares, de forma a incorporar perspectivas trans e promover a pluralidade de gênero em todas as dimensões do processo educacional (Passos, 2022).

Educadoras/es devem estar atentas/os aos impactos que os materiais didáticos, as atividades em sala de aula e a linguagem adotada podem provocar nas/os estudantes trans.

Por exemplo, é importante evitar suposições sobre identidades de gênero, bem como se faz necessário criar um ambiente onde todas/os as/os estudantes se sintam valorizadas/os, acolhidas/os e incluídas/os.

Adicionalmente, o espaço físico do ambiente universitário deve ser adaptado para assegurar que ele seja seguro e acolhedor para todas/os as/os acadêmicas/os. Isso inclui a disponibilização de banheiros inclusivos, a adequação de vestiários e a garantia de que todas as pessoas possam participar plenamente das atividades sem serem submetidas a qualquer forma de transfobia ou exclusão.

Perspectivas Globais

Os desafios enfrentados por pessoas trans no Brasil ecoam em contextos globais, onde a cisnormatividade também está profundamente enraizada. Contudo, em alguns países, práticas institucionais de inclusão têm mostrado resultados positivos e podem servir de inspiração para o cenário brasileiro. Por exemplo:

1. Estados Unidos: Em universidades estadunidenses, como relatado por Pryor (2015) e McEntarfer & Iovannone (2020), observa-se a implementação de políticas de inclusão como o uso de nomes sociais e pronomes escolhidos pelas/os acadêmicas/os. Neste sentido, as "*Safe Zones*" foram criadas para promover espaços seguros, apesar de relatos de que essas iniciativas ainda enfrentam resistências institucionais e preconceitos persistentes (McClellan, 2023).
2. Nova Zelândia: O estudo de Allen, Cowie & Fenaughty (2020) destacou que, embora as universidades da Nova Zelândia realizem campanhas regulares de sensibilização, como o uso de "*photo-elicitation*" para compreender experiências de alunos LGBTQIAPN+, ainda há desafios significativos. Estudantes trans relataram se sentir "seguras/os, mas não protegidas/os", devido à persistência de microagressões e falhas na implementação de políticas inclusivas.

Fomento à pesquisa sobre inclusão de pessoas trans

A pesquisa acadêmica desempenha um **papel fundamental** na promoção da inclusão de pessoas trans no ensino superior. Ao investigar as experiências de inclusão das/os estudantes trans, essas pesquisas podem identificar barreiras institucionais e sociais, bem como desenvolver soluções baseadas em evidências para superá-las.

Psicólogas/os educacionais devem ser incentivadas/os pelas políticas estabelecidas nas IES a conduzir pesquisas que abordem questões relacionadas à identidade de gênero e à **inclusão de pessoas trans**.

Pesquisas sobre os processos de inclusão das pessoas trans na educação superior devem ser fomentada, privilegiando epistemologias do Sul global e abordagens críticas (Mbembe, 2022). A PEE deve contribuir para a visibilidade e valorização das narrativas trans nos espaços acadêmicos.

Essas pesquisas podem fornecer *insights* valiosos sobre as necessidades e desafios enfrentados por pessoas trans nesta sociedade cisnormativa, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam a inclusão nas IES.

Os resultados dessas pesquisas devem ser **amplamente divulgados** e aplicados em políticas institucionais, práticas sócio- psicopedagógicas e programas de incentivo e cuidado. A colaboração entre pesquisadoras/es, educadoras/es e gestoras/es é vital para garantir que o conhecimento produzido seja efetivamente aplicado para promover a transinclusão no ambiente acadêmico.



Scopus®



ScienceDirect

Estudos de caso e exemplos de boas práticas

Para ilustrar a aplicação prática das diretrizes discutidas nesta obra, é útil apresentar exemplos de casos e boas práticas adotadas por outras instituições de ensino superior. Esses exemplos podem servir como inspiração e modelo para o desenvolvimento de estratégias inclusivas.

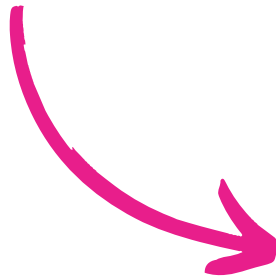
Compartilhar esses exemplos pode ajudar a fomentar a adoção de práticas inclusivas em outras universidades, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais justo e acolhedor para todas/os as/os estudantes.

Mudanças nas práticas educacionais:

Implementar práticas seguras nas universidades, como evitar chamadas nominais, permitir que as/os acadêmicas/os se identifiquem com seus nomes e pronomes, e nunca expor a identidade de gênero das/os alunos sem seu consentimento (Pryor, 2015).



Políticas de nome autodeterminado:



Algumas universidades têm políticas que permitem o uso de nomes preferidos, ajudando as/os acadêmicas/os a viverem plenamente com sua identidade (McClellan, 2023).

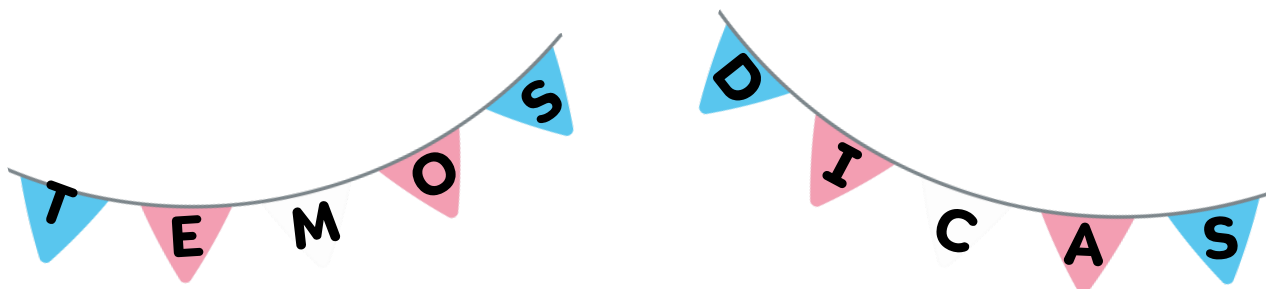
Estudos de caso podem destacar como determinadas universidades implementaram políticas de valorização ao nome social, criaram grupos de incentivo e cuidado para estudantes trans, e/ou adaptaram seus espaços físicos e currículos para promover a transinclusão.

A pesquisa sugere que as instituições devem considerar a inclusão de gênero em suas declarações oficiais de não discriminação e implementar práticas como banheiros inclusivos em termos de gênero e organizações transinclusivas (Hart & Lester, 2012).

Inclusão de gênero nas políticas de não discriminação:



A discussão de boas práticas deve centrar-se em estratégias que obtiveram sucesso e em lições aprendidas que possam ser replicadas e/ou adaptadas em outras instituições.

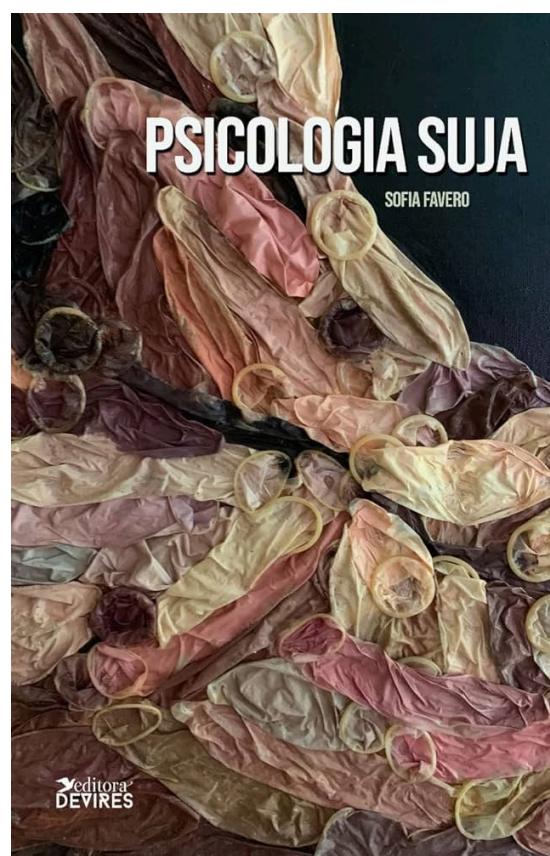
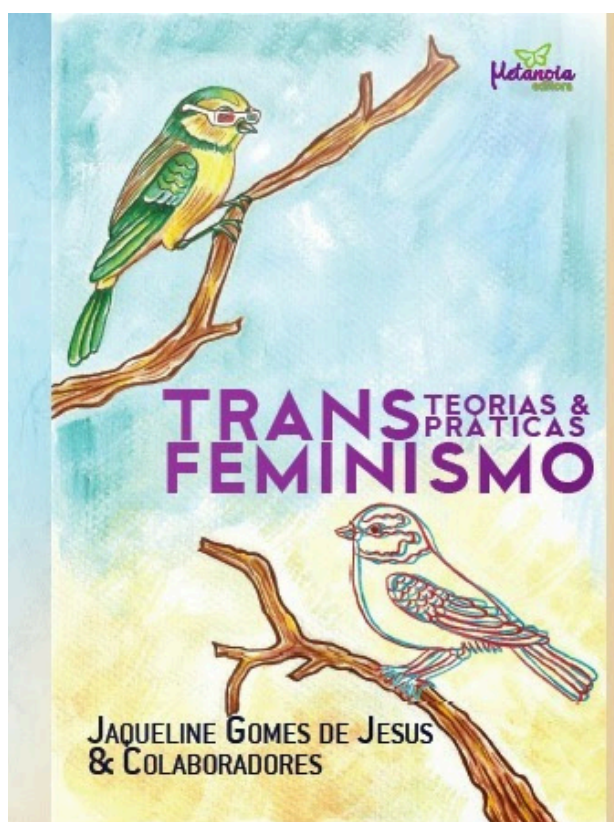


Apresentamos uma lista de ferramentas práticas, recursos e materiais educativos que psicólogas/os educacionais podem utilizar no cuidado ético das/os estudantes trans e na promoção da transinclusão no contexto universitário.

Recursos Educativos:

Livros: "Transfeminismo: teorias e práticas", de Jaqueline Gomes de Jesus (2019).

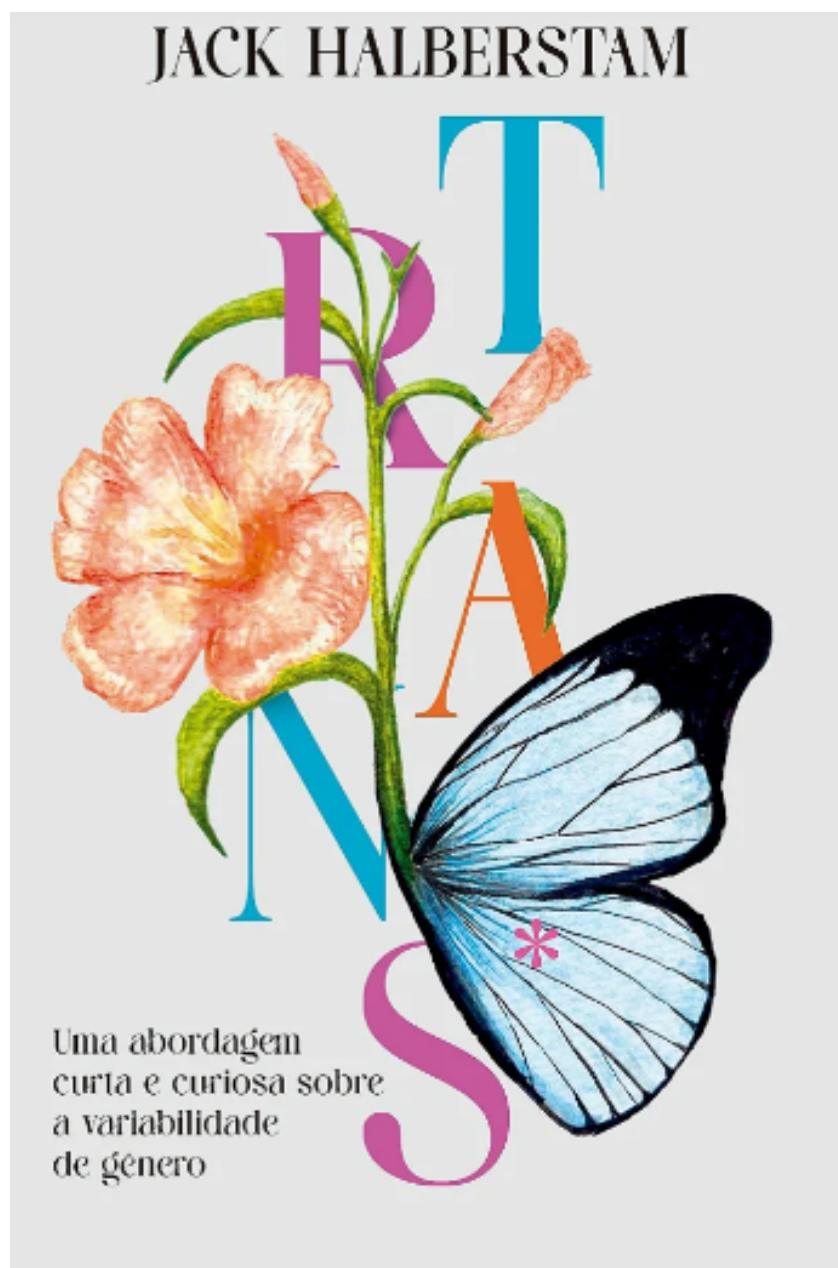
"Psicologia Suja", de Sofia Favero (2022).

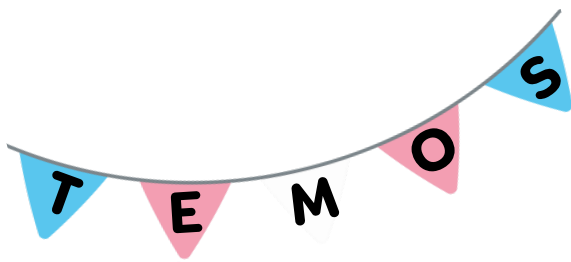




Livro

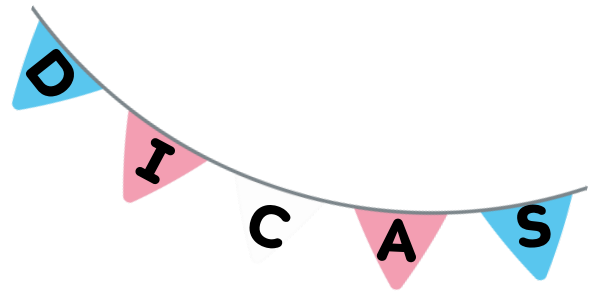
Trans*: uma abordagem curta e curiosa sobre a variabilidade de gênero de Jack Halberstam (2024)





Filmes e séries:

POSE (2018 - 2021)



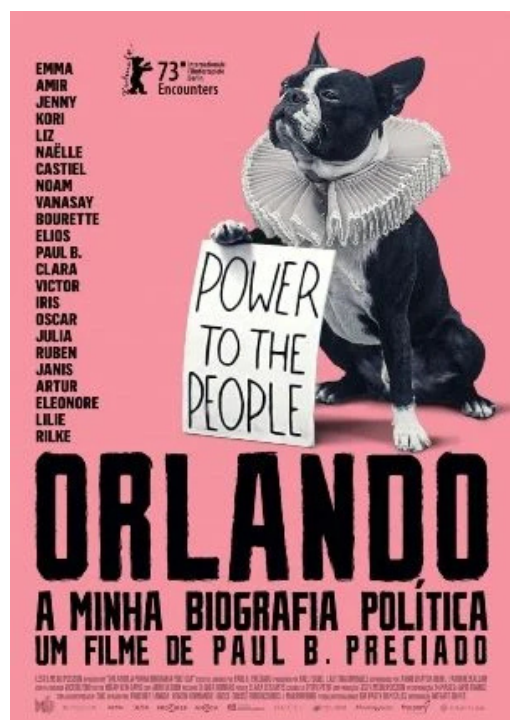
A MORTE e vida de Marsha P. Johnson (2015)

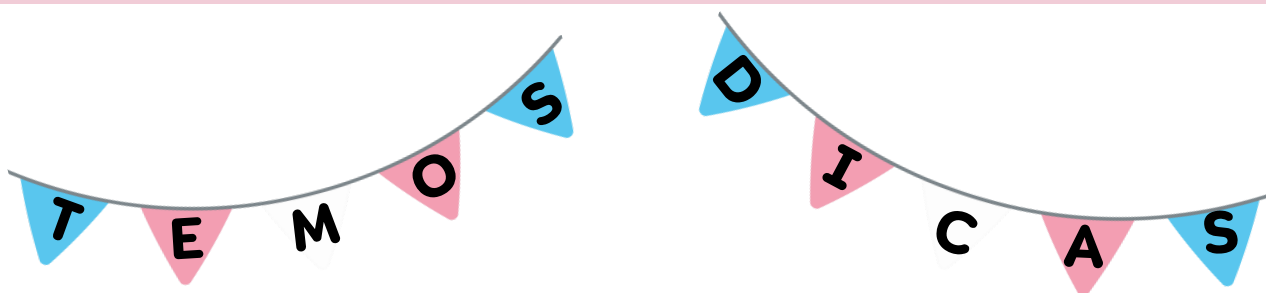


A Garota Dinamarquesa (2015)



Orlando, Minha Biografia Política (2023)





Organizações de Apoio: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE).



Artigos Recomendados:

Allen, L., Cowie, L., & Fenaughty, J. (2020). Safe but not safe: LGBTTIQA+ students' experiences of a university campus. *Higher Education Research Development*, 39(6), 1075-1090.
<https://doi.org/10.1080/07294360.2019.1706453>

Goldberg, A. E., & Kuvalanka, K. A. (2018). Navigating identity development and community belonging when "there are only two boxes to check": An exploratory study of nonbinary trans college students. *Journal of LGBT Youth*, 15(2), 106-131.
<https://doi.org/10.1080/19361653.2018.1429979>

Pryor, J. T. (2015). Out in the Classroom: Transgender Student Experiences at a Large Public University. *Journal of College Student Development*, 56(5), 440-455.
<https://doi.org/10.1353/csd.2015.0044>

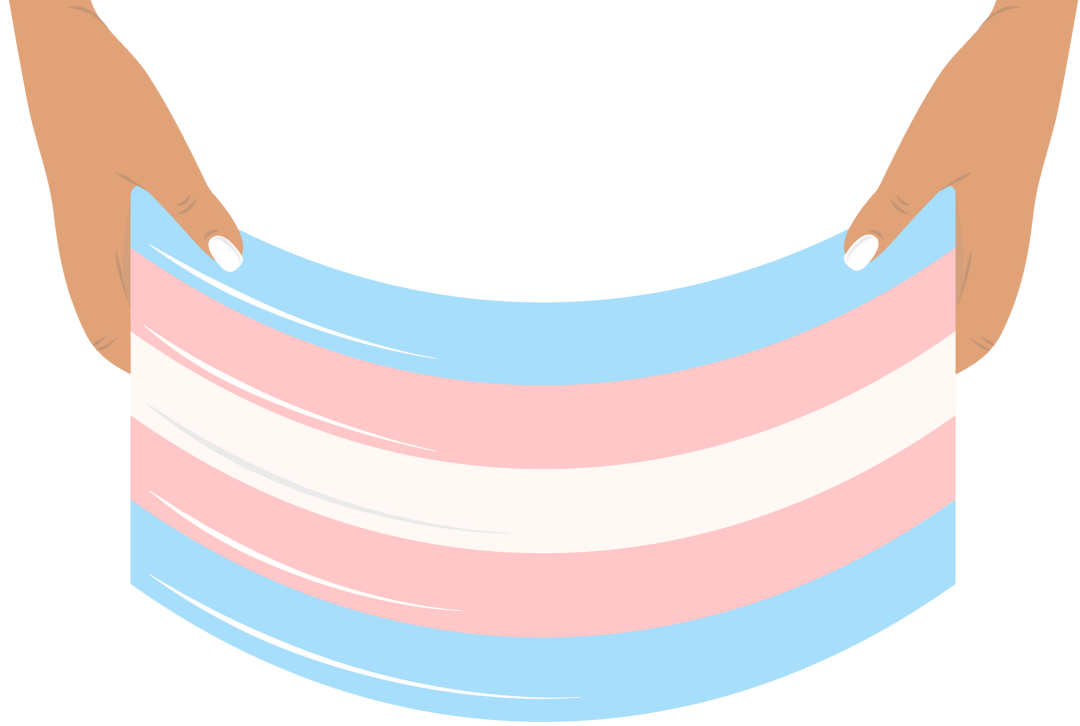


JÁ OUVIU FALAR?

Dialeto Pajubá

Em função da perseguição extrema de que era alvo a comunidade LGBTQIAP+ e que visava, sobretudo, a parcela que escancarava seu pertencimento (como por exemplo, gays afeminadas e travestis, marcadamente as que exerciam a prostituição), se fez necessário inventar formas de resistência, sendo a linguagem uma das mais importantes. Poder conversar sem que a pessoa de fora entendesse se converte, nesse contexto, em algo crucial para a própria sobrevivência, o que envolvia a ressignificação de palavras do português ("passada", "babado"), daí a apropriação do iorubá dos terreiros ("aqüé" "equê") até, por fim, ir para cima das línguas estrangeiras ("close", "guanto", "bafão"). Hoje, com as conquistas sociais, o que se vê é o dialeto não precisando mais servir apenas para proteção, mas também para experimentações artísticas é até para a reescrita da história.

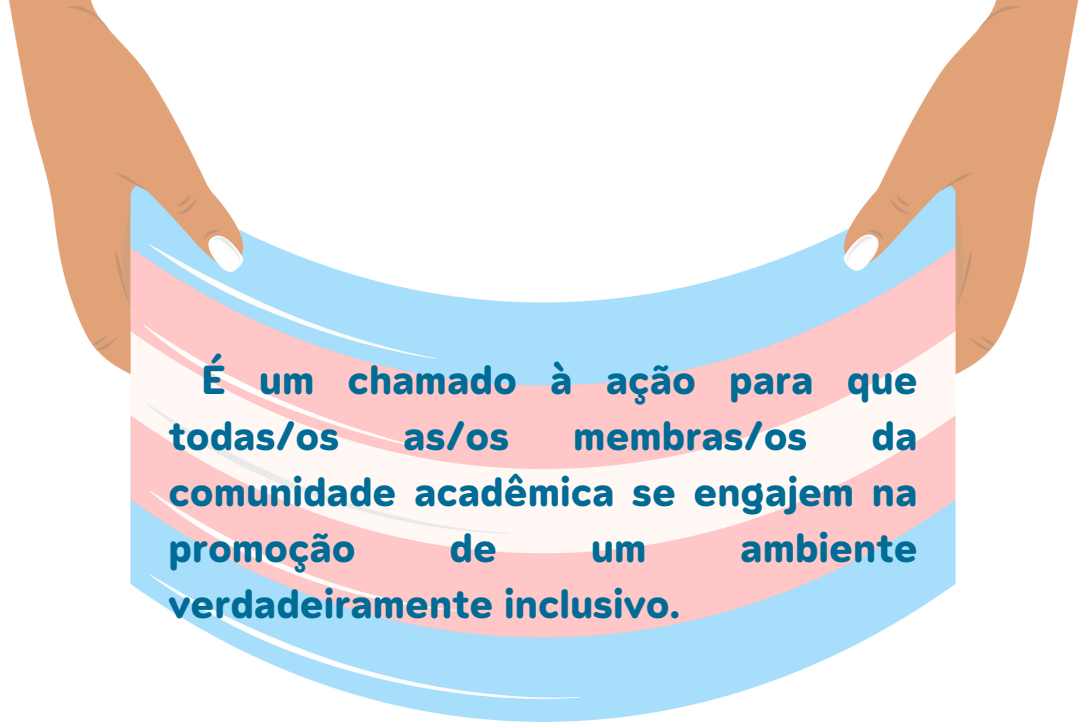
Texto Retirado do Museu da Diversidade Sexual (2024).



Propostas Futuras

Inspirada na bibliografia de Freire (2009), que defende uma educação libertadora e emancipadora, esta obra enfatiza a necessidade de ações que promovam o protagonismo das pessoas trans na academia. Entre as recomendações adicionais, incluem-se:

- Fomento à Pesquisa Crítica: Investir em estudos que explorem as experiências e resistências de acadêmicas/os trans, ampliando o *corpus* teórico sobre o tema.
- Indicadores de Impacto: Desenvolver ferramentas para monitorar os resultados das políticas transinclusivas, avaliando sua eficácia na redução das desigualdades.
- Redes de Apoio: Criar parcerias entre universidades e organizações da sociedade civil para ampliar os recursos e oportunidades para pessoas trans.



Reflexão final e chamado à ação

A inclusão de pessoas trans no ensino superior público transcende a questão de justiça social; trata-se de um compromisso com a construção de um ambiente acadêmico que acolha, valorize e potencialize as identidades de gênero dissidentes. Psicólogas/os educacionais têm um papel fundamental nesse processo, e sua atuação pode impactar significativamente a vida de muitas/os estudantes.

As considerações finais desta obra enfatizam que a inclusão é um compromisso contínuo, que exige reflexão crítica constante, ação criativa e disposição para aprender e reavaliar as práticas diante das necessidades da comunidade trans.

Esperamos que esta obra sirva como uma bússola ética (Rolnik, 2019) e uma fonte de inspiração para todas as pessoas comprometidas com a construção de uma universidade pública laica e de qualidade, onde todas as pessoas, especialmente aquelas historicamente marcadas pelas opressões e exclusões, possam se sentir pertencentes, valorizadas, reparadas, e possam (des)envolver seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Conheça mais algumas obras

Laerte-se (2017)



Girl (2018)



Coleção Saberes Trans (2020)



(C

Alice Júnior (2019)



Bixa Travesty (2018)



Transresistência: Pessoas trans no mercado de trabalho - Caê Vasconcelos (2021)



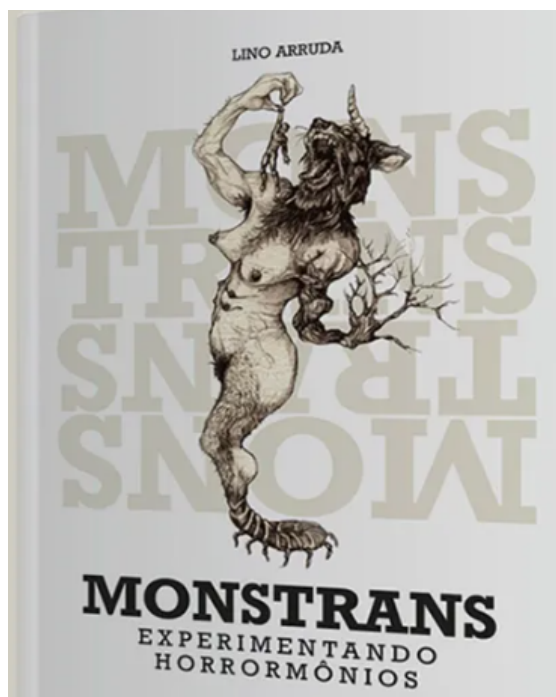
Transfeminismo - Letícia Nascimento (2021)



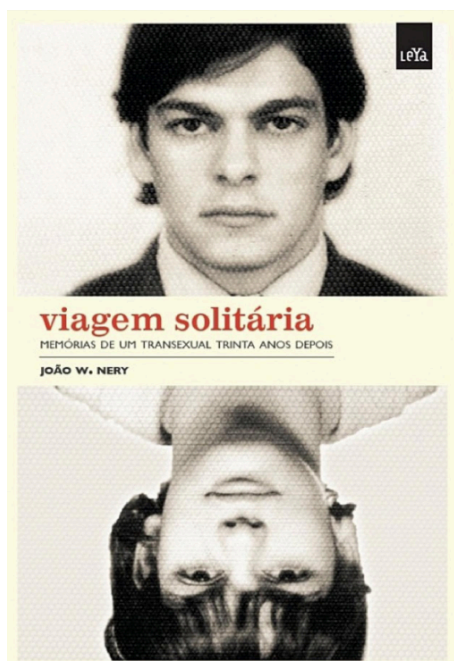
E se eu fosse puta - Amara Moira (2016)



Monstrans: Experimentando Horrormônios - Lino Arruda



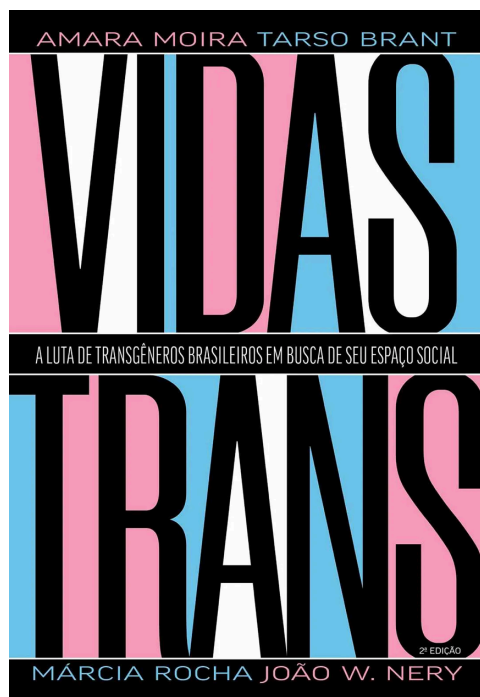
Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois - João Nery (2011)



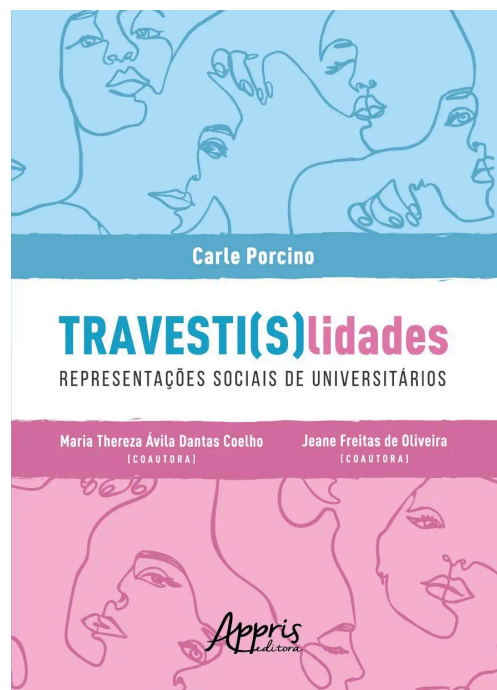
Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação - Thiffany Odara (2020)



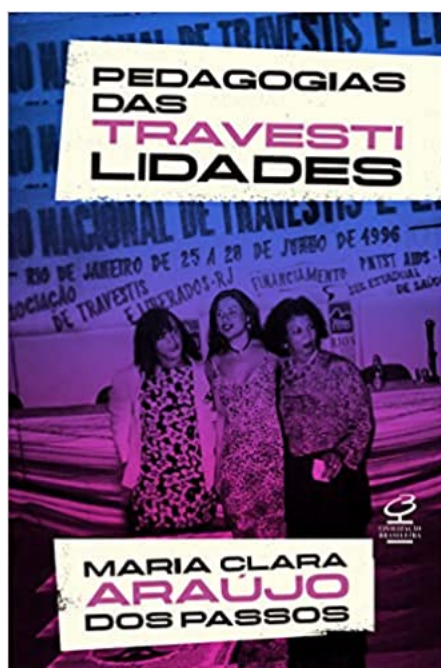
**Vidas Trans - A luta de
transgêneros brasileiros em
busca de seu espaço social
(2022)**



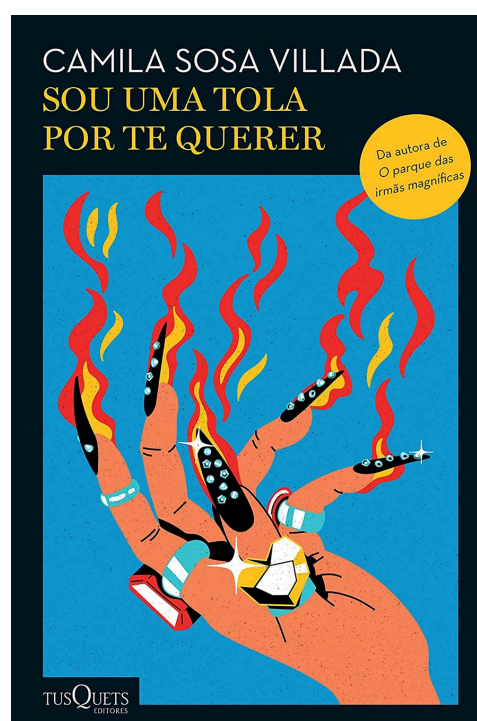
**TRAVESTI(S)lidades: representações
sociais de universitários (2019)**



**Pedagogias das
Travestilidades (2022)**



Sou uma tola por te querer (2022)



A construção de mim mesma: Uma história de transição de gênero - Letícia Lanz (2021)



Indianara (2019)



Corpolítica (2023)



Manhãs de Setembro (2021)



Referências

Alice Júnior (2019). Direção: Gil Baron. Roteiro Luiz Bertazzo. Produtora: ANCINE/Ministério da Cultura, Fundo Setorial do Audiovisual,

A Garota Dinamarquesa (The Danish Girl) (2015). Direção: Tom Hooper. Roteiro: Lucinda Coxon Inglês, color, Focus Features, (119 min).

A morte e vida de Marsha P. Johnson (2017). Direção de David France. Netflix, (105 min.).

Acosta, A. (2019). **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. Editora Elefante.

Allen, L., Cowie, L., & Fenaughty, J. (2020). Safe but not safe: LGBTTIQA+ students' experiences of a university campus. **Higher Education Research & Development**, 39(6), 1075-1090. <https://doi.org/10.1080/07294360.2019.1706453>.

Arbour, L., et al. (2006/2017). **Princípios de Yogyakarta**. https://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf.

Arruda, L. A. (2021) **Monstrans – Experimentando Horrormônios**. Itaú Rumos. Campinas, SP: Ed. do autor.

Akotirene, C. (2020). Interseccionalidade. **Feminismos Plurais**.

Benevides, B. G. (2024). **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA. <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>.

Bixa Travesty (2018). Diretores: Claudia Priscilla, Kiko Goifman. Distribuidor: FiGa Filme.

Braunstein, H. R. (Org.). (2021). **Ética e instituições do cuidado: Perspectivas críticas e antimedicalizantes na saúde, na educação e na assistência**. CRV.

Brasil. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>.

Brasil. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm

Brasil. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018.** Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jan. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192.

Brasil. **Projeto de Lei nº 5002/2013 (João W. Nery).** Dispõe sobre o direito à identidade de gênero. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

Case, K. A., Kanenberg, H., Erich, S. A., & Tittsworth, J. (2012). Transgender inclusion in university nondiscrimination statements: Challenging gender nonconforming privilege through student activism. **Journal of Social Issues**, 68, 145–161. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2011.01741.x>.

Corpolítica (2023). Direção: Pedro Henrique França. Elenco: Pedro Henrique França. Gênero: Documentário

Conselho Federal de Psicologia (2018). Resolução n. 01/2018. CFP. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (2023). **Referências técnicas para atuação das psicólogas, psicólogos e psicólogues em Políticas Públicas para a população LGBTQIA+.** CFP; CREPOP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-psicologos-e-psicologues-em-politicas-publicas-para-populacao-lgbtqia/>

Favero, S. (2020). **Pajubá-terapia:** Ensaios sobre a cisnorma. Editora Nemesis. <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>

Favero, S. (2022). **Psicologia suja.** Editora Devires.

Freire, P. (2009). **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Girl. (2018). Direção Lukas Dhont . Roteiro Angelo Tijssens , Lukas Dhon. Netflix.

Goldberg, A. E., & Kuvalanka, K. A. (2018). Navigating identity development and community belonging when “there are only two boxes to check”: An exploratory study of nonbinary trans college students. **Journal of LGBT Youth**, 15(2), 106-131. <https://doi.org/10.1080/19361653.2018.1429979>.

Hart, J., & Lester, J. (2012). Starring students: Gender performance at a women's college. **NASPA Journal About Women in Higher Education**, 4(2), 193-217.

Halberstam, Jack. (2023). **Trans*: uma abordagem curta e curiosa sobre a variabilidade de gênero**. Trad. Daniel Kveller, Rafael Leopoldo. Salvador: Devires.

Hafford-Letchfield, T., Pezzella, A., Cole, L., & Manning, R. (2017). Transgender students in post-compulsory education: A systematic review. *International Journal of Educational Research*, 86, 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2017.08.004>.

Indianara (2019). Direção: Aude Chevalier-Beaumel, Marcelo Barbosa. Roteiro Aude Chevalier-Beaumel, Marcelo Barbosa.

Jesus, J. G. (2019). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Digitaliza Conteúdo.

Laerte-se (2017). Direção: Lygia Barbosa da Silva e Eliane Brum. Distribuição: Netflix.

Lanz, L. (2021). **A construção de mim mesma**: Uma história de transição de gênero. Objetiva.

Manhãs de Setembro (2021). Amazon Prime Video.

Mbembe, A. (2022). **Crítica da razão negra**. N-1 Edições.

McClellan, M. L. (2023). LGBTQ college students' lived experiences and perceptions of support on a conservative campus. **Journal of Gay & Lesbian Social Services**, 35(1), 113-134.

McEntarfer, H. K., & Iovannone, J. (2022). Faculty perceptions of chosen name policies and non-binary pronouns. **Teaching in Higher Education**, 27(5), 632-647. <https://doi.org/10.1080/13562517.2020.1729722>.

Moira, A. (2016). **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo.

Moira, A., Nery, J. W., Rocha, M., & Brant, T. (2022). **Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social**. Astral Cultural.

Nascimento, L. (2021). **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra.

Nery, J. W. (2012). **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. Leya.

Odara, T. (2020). **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Editora Devires.

Organização das Nações Unidas – ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Nações Unidas, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/Agenda2030.pdf.

Orlando: Minha Biografia Política. (2023). Direção: Paul B. Preciado. França: Filmes do Estação. Documentário, Estreia no Festival de Berlim 2023 (98min).

Passos, M. C. A. (2022). **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Porcino, C., Coelho, M. T. Á. D., & de Oliveira, J. F. (2020). **TRAVESTI(S)lidades: representações sociais de universitários**. Editora Appris.

Pose. (2018). Prod. Janet Mock, Our Lady J, LOur Eyrych e Erica Kay. Distribuído por FX. Los Angeles.

Preciado, Paul B. (2022). **Eu sou o monstro que vos fala**. RJ: Zahar.

Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. (2006). http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf

Pryor, J. T. (2015). Out in the classroom: Transgender student experiences at a large public university. **Journal of College Student Development**, 56(5), 440-455. <https://doi.org/10.1353/csd.2015.0044>.

Rodrigues, L., Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2021). **História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas**. Saúde e Sociedade, 30, e200768. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200768>

Rolnik, S. (2019). **Esferas da insurreição**: Notas para uma vida não cafetinada. n-1 Edições.

Silva, D. F. (2024). **A dívida impagável**. Editora Schwarcz -Companhia das Letras.

Simakawa, V. V. (2023). **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**. EDUFBA.

Simmons, H., & White, F. (2014). Our many selves. In L. Erickson-Schroth (Ed.), **Trans bodies, trans selves: A resource for the transgender community** (pp. 3–23). New York, NY: Oxford University Press.

Tourinho, M. B. A. D. C., & Souza, M. P. R. D. Políticas públicas intersetoriais de saúde e educação: a transversalidade da proposta ético-política como desafio para a psicologia escolar. In: Souza, M. P. R. (2021). **Psicologia escolar e políticas públicas para a educação básica na América Latina: pesquisas, impasses e desafios**. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. Portal de Livros Abertos da USP. <https://doi.org/10.11606/9786587596129>.

Vasconcelos, C. (2021). **Transresistência: Pessoas Trans No Mercado de Trabalho**. Dita Livros.

York, S. W. (2020). **Tia, você é homem? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação** [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_7ee1cf56a37a06c12a18a5f8ae30ef52.

A autora



Fernanda Ferreira Chaves

Mulher cis-aliada, branca, campo-grandense (MS), filha e neta de nordestinas/os, mãe solo, doutoranda no Doutorado Interuniversitário em Psicologia, especialidade em Psicologia da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (ULisboa), em regime de co-tutela no Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, do Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo (USP), e psicóloga escolar do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Campo Grande. <https://orcid.org/0000-0001-6613-785X>. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE) e do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar - LIEPPE/IPUSP. Pesquisadora sobre as temáticas da Psicologia Escolar e Educacional, Inclusão Educacional, Direitos Humanos e Justiça Social, Gênero e Transfeminismos.